



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000279784

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 2057107-94.2025.8.26.0000, da Comarca de São José do Rio Preto, em que é agravante FLAVIO REINALDES, é agravado INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 17ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Deram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores CARLOS MONNERAT (Presidente) E FÁBIO GOUVÊA.

São Paulo, 24 de março de 2025.

ALBERTO GENTIL
Relator(a)
Assinatura Eletrônica

Agravo de Instrumento nº 2057107-94.2025.8.26.0000.

Comarca – São José do Rio Preto.

17ª. Câmara de Direito Público.

Agravante – Flávio Reinaldes.

Agravado – Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

Juiz – Luiz Fernando Cardoso Dal Poz.

Voto nº 44.567.

Vistos.

EMENTA: DIREITO PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. INTERESSE DE AGIR. RECURSO PROVIDO.

I. Caso em Exame

1. Agravo de instrumento interposto por Flávio Reinaldes contra decisão que suspendeu o processo por 90 dias para requerimento administrativo de benefício previdenciário, sob pena de extinção. A autarquia cessou o benefício do segurado em 23 de abril de 2004, levando-o a buscar a reativação judicialmente. II. Questão em Discussão

2. A questão em discussão consiste em verificar a presença de interesse de agir do segurado que não protocolou requerimento administrativo antes de ingressar em juízo, considerando a cessação do benefício pelo INSS.

III. Razões de Decidir

3. O STF, no RE 631.240/MG, estabeleceu que, em regra, falta interesse de agir sem requerimento administrativo prévio, exceto em casos de revisão, restabelecimento ou manutenção de benefício.

4. O STJ reconhece o interesse de agir em casos análogos, conforme precedentes citados.

IV. Dispositivo e Tese

5. Recurso provido.

Tese de julgamento: 1. O interesse de agir está presente quando o INSS cessa benefício, configurando não acolhimento tácito da pretensão.

1 – Agravo de instrumento interposto por Flávio Reinaldes visando a reforma da r. decisão trasladada a fls. 15 que, nos autos da ação proposta em face do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, suspendeu o feito por 90 (noventa) dias para que o autor requeira o

benefício administrativamente, sob pena de extinção.

Recurso tempestivo e que prescinde para julgamento das diligências possíveis de serem ordenadas (CPC, art. 1.019 e incisos).

2 – De acordo com o posicionamento do Plenário do STF, firmado em 03.09.2014, no julgamento da repercussão geral no Recurso Extraordinário nº 631.240/MG (Tema 350), falta interesse de agir ao segurado, nas ações previdenciárias, como regra, que não tenha inicialmente protocolado requerimento administrativo antes de ingressar em Juízo.

No entanto, o Ministro Luís Roberto Barroso, relator do RE 631.240/MG, ressaltou que **“na hipótese de pretensão de revisão, restabelecimento ou manutenção de benefício anteriormente concedido, considerando que o INSS tem o dever legal de conceder a prestação mais vantajosa possível, o pedido poderá ser formulado diretamente em juízo salvo se depender da análise de matéria de fato ainda não levada ao conhecimento da Administração, uma vez que, nesses casos, a conduta do INSS já configura o não acolhimento ao menos tácito da pretensão”** (item 4, da ementa do v. Acórdão – destaquei).

No caso em exame, conforme documentação juntada ao feito, a autarquia cessou o benefício de titularidade do segurado aos 23 de abril de 2004 (fls. 32).

Ou seja: - a autarquia, ao cessar o benefício temporário do autor, outorgado em razão do mesmo fato gerador discutido

nestes autos, conferindo-lhe, assim, a alta médica, na verdade, negou o direito aqui perseguido. Tanto é que o recorrente se viu compelido a ingressar em Juízo, com vistas à concessão ou reativação de seu benefício.

Afinal, frise-se, conforme ressaltado pelo Excelentíssimo Ministro Relator: - “(...) **considerando que o INSS tem o dever legal de conceder a prestação mais vantajosa possível, o pedido poderá ser formulado diretamente em juízo salvo se depender da análise de matéria de fato ainda não levada ao conhecimento da Administração, uma vez que, nesses casos, a conduta do INSS já configura o não acolhimento ao menos tácito da pretensão**” (destaquei e grifei).

Destarte, presente o interesse de agir do recorrente.

De se registrar que o Superior Tribunal de Justiça, em casos análogos, também vem reconhecendo o interesse de agir: - EREsp n. 1.269.726/MG, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Seção, julgado em 13/3/2019, DJe de 20/3/2019 REsp nº 2085661/SC, Rel Ministro TEODORO SILVA SANTOS, DJe de 15/05/2024; REsp n. 2.023.043/SC, Rel. Ministra Regina Helena Costa, DJe de 18/10/2022; REsp n. 2.079.531/SC, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe de 21/06/2023; REsp n. 2.054.875/SC, Rel. Ministro Francisco Falcão, DJe de 24/03/2023; REsp n. 2.029.184/SC, Rel. Ministro Gurgel de Faria; DJe de 02/03/2023; REsp n. 2.110.738/SC, Rel. Ministro Sérgio Kukina, DJe de 24/11/2023; e REsp n. 2.022.114/SC, Rel. Ministro Humberto Martins, DJe de 10/10/2022.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

No mesmo sentido, o entendimento desta Colenda
Câmara Especializada: - Apelação Cível nº 1003593-66.2021.8.26.0363, DJ
10.09.2024, Relator Desembargador Carlos Monnerat.

Convincente, pois, o recurso.

3 – Daí porque, ante o exposto, nos termos supra
consignados, dou provimento ao recurso.

ALBERTO GENTIL

Relator

(Assinatura Eletrônica)